



DECRETO Nº 3567

de 22 de dezembro de 2025

**Dispõe sobre o Plano de Contratação Anual no âmbito da
Administração Pública direta, autárquica e fundacional do
Município de Corumbá - MS.**

O PREFEITO DE CORUMBÁ, Estado de Mato Grosso do Sul, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 82, VII, da Lei Orgânica do Município, e CONSIDERANDO o disposto no art. 12, inciso VII, da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, que institui a obrigatoriedade do Plano de Contratações Anual como instrumento de planejamento das contratações públicas; CONSIDERANDO a necessidade de fortalecer a governança, o planejamento e a racionalização das contratações no âmbito da Administração Pública Municipal, em observância aos princípios da legalidade, eficiência, economicidade e transparência; CONSIDERANDO a importância de alinhar o Plano de Contratações Anual às diretrizes do planejamento governamental, ao Plano Plurianual, à Lei de Diretrizes Orçamentárias e à Lei Orçamentária Anual; CONSIDERANDO a conveniência administrativa de revisar e atualizar as normas municipais que regulamentam o Plano de Contratações Anual, à luz da experiência acumulada na sua implementação e das boas práticas de gestão pública; CONSIDERANDO a necessidade de uniformizar procedimentos, prazos e responsabilidades das unidades administrativas e orçamentárias na elaboração, consolidação, acompanhamento e revisão do Plano de Contratações Anual; CONSIDERANDO que o Decreto nº 2.914, de 1º de fevereiro de 2023, e suas alterações, embora tenham disciplinado a matéria, demandam atualização e consolidação normativa para melhor adequação à realidade administrativa atual do Município; CONSIDERANDO a competência do Chefe do Poder Executivo Municipal para regulamentar a execução das leis e dispor sobre a organização e o funcionamento da Administração Pública Municipal; CONSIDERANDO a solicitação da Secretaria Municipal de Planejamento, Receita e Administração (CIs nº

556/2025, 669/2025, 725/2025), bem como os pareceres jurídicos nº 143 e nº 183, elaborados pela Procuradoria-Geral do Município, constantes do Processo Administrativo nº 30.628/2025; D E C R E T A:

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Fica instituído o Plano de Contratação Anual, instrumento de governança a ser elaborado anualmente pelo Município, na intenção de planejar adequadamente as contratações que serão formalizadas no decorrer do exercício financeiro.

§ 1º O planejamento previsto no "caput" deste artigo, será realizado separadamente por unidade gestora, alinhando-se com a lei orçamentária de cada exercício, e será consolidado em um único instrumento.

§ 2º O Plano de Contratação Anual será publicado no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP e no sítio eletrônico do Município.

Art. 2º Para fins do disposto neste Decreto, considera-se:

I - autoridade competente: agente público com poder de decisão, indicado formalmente como responsável por autorizar as licitações, os contratos ou a ordenação de despesas no âmbito do órgão ou da unidade gestora;

II - unidade requisitante: unidade administrativa integrante da estrutura organizacional, dotada de orçamento, responsável por identificar a necessidade da contratação do objeto;

III - Plano de Contratação Anual - PCA: documento que consolida as demandas que o órgão ou a entidade planeja contratar no exercício subsequente ao de sua elaboração;

IV - Superintendência de Planejamento Institucional e Finanças: superintendência responsável pelo planejamento, e consolidação do PCA;

V - Secretaria-Executiva de Licitações e Contratações - SELIC: responsável pela coordenação e pelo acompanhamento das ações destinadas às contratações consolidadas e específicas;

VI - Gerência Administrativa Financeira - GAF: gerência responsável pelo PCA de cada unidade requisitante e pelo calendário de todas as contratações específicas de sua unidade.

Parágrafo único. Para o fim de operacionalização do PCA, a Secretaria Municipal de Planejamento, Receita e Administração - SEPRAD, por meio

da SELIC, fica responsável pelo planejamento das licitações comuns a mais de uma unidade requisitante, dos objetos relacionados às compras e serviços gerais e daqueles relacionados a obras e serviços de engenharia.

CAPÍTULO II

DO SISTEMA DE PLANEJAMENTO DAS CONTRATAÇÕES

Art. 3º *A Secretaria Municipal de Planejamento, Receita e Administração, por meio da Superintendência de Planejamento Institucional e Finanças e a SELIC, desenvolverão, dentre outras, as atividades abaixo relacionadas:*

I - Desenvolver, propor e implementar modelos, mecanismos, processos e procedimentos para aquisição, contratação, alienação e gestão centralizadas de bens e serviços de uso comum ou estratégico para órgãos e entidades municipais;

II - Realização de estudos técnicos preliminares;

III - Adoção das providências necessárias para a consolidação do PCA;

IV - Operacionalização do PCA em todas as etapas legalmente previstas;

V - Formalização e gerenciamento das atas de registros de preços dos bens e serviços comuns a mais de uma unidade administrativa;

VI - Desenvolvimento e gestão de sistemas de tecnologia de informação para apoiar os processos de aquisição, contratação, alienação e gestão centralizadas de bens e serviços de uso em comum pelos órgãos e pelas entidades da administração pública municipal; e

VII - Evitar o fracionamento de despesas e outras atividades relacionadas ao planejamento das contratações.

Art. 4º *O PCA deverá ser elaborado em planilha encaminhada pelo setor responsável e, quando aprovado pelo ordenador, encaminhado com a requisição do sistema de contabilidade do Município para exportação ao PNCP.*

CAPÍTULO III

DOS OBJETIVOS DO PLANO DE CONTRATAÇÃO ANUAL

Art. 5º *A elaboração do PCA tem como objetivos:*

I - Subsidiar a elaboração das leis orçamentárias;

II - Possibilitar a consolidação das contratações das unidades requisitantes de forma centralizada e compartilhada, a fim de obter economia de escala, padronização de produtos e serviços e redução de custos operacionais;

III - Consolidar num único instrumento as demandas adquiridas de forma compartilhada, bem como aquelas exclusivas das unidades requisitantes, a fim de orientar os potenciais fornecedores quanto a estrutura necessária para atender a Administração;

IV - Evitar o fracionamento de despesas;

V - Sinalizar intenções ao mercado fornecedor, de forma a aumentar o diálogo com o mercado potencial e incrementar a competitividade.

CAPÍTULO IV

DA ELABORAÇÃO DO PLANO DE CONTRATAÇÃO ANUAL

Art. 6º O PCA será consolidado pela Superintendência de Planejamento Institucional e Finanças.

Art. 7º Com base nas contratações dos dois últimos exercícios e nos eventos que impactem a demanda futura, as unidades requisitantes encaminharão para a Superintendência de Finanças e Planejamento Institucional, até o dia 15 de março de cada ano, as listagens das licitações, contratações diretas e prorrogações contratuais que pretendam realizar no exercício subsequente, devendo ser providenciados os demais atos na ordem cronológica abaixo:

I - Consolidação do plano pela Superintendência de Planejamento, até o dia 15 de abril de cada ano;

II - Aprovação do PCA pelas autoridades competentes, até o dia 15 de maio de cada ano;

III - Inclusão, exclusão ou redimensionamento para adequação final, até o dia 30 de novembro de cada ano com as devidas justificativas e autorizações;

IV - Publicação do PCA no sítio eletrônico do Município, até o dia 1º de janeiro de cada ano.

Parágrafo único. *No primeiro ano de mandato, excepcionalmente, o encaminhamento do PCA de cada unidade requisitante deverá ocorrer até a primeira quinzena de setembro e a aprovação do PCA consolidado, até o quinto dia útil de outubro, para fins de alinhamento com a construção das demais peças de planejamento e orçamentárias do Município (Plano Plurianual - PPA, Lei de Diretrizes Orçamentárias-LDO e Lei Orçamentária Anual - LOA), conforme emenda 44 de 2018 a Lei Orgânica Municipal.*

Art. 8º *As despesas constantes do PCA do Município deverão estar agrupadas por Unidade Orçamentária.*

§ 1º *As despesas mencionadas no "caput" deste artigo corresponderão ao total do exercício, incluindo as novas contratações e as contratações ativas;*

§ 2º *Sempre que possível, as contratações continuadas formalizadas com base na Lei nº 14.133/2021 priorizarão a vigência inicial vinculada aos créditos orçamentários do ano de sua formalização, com previsão, no edital, de eventuais prorrogações por período que contemple a integralidade do exercício subsequente, respeitado o prazo máximo previsto no art. 107 do referido diploma legal.*

Art. 9º *Constarão do PCA as contratações a serem realizadas no âmbito das unidades requisitantes, compreendendo a descrição sucinta do objeto, a quantidade a ser contratada, quando couber, considerando a expectativa de consumo anual, a estimativa do valor da contratação, a indicação da data pretendida para a conclusão da contratação, e a categoria do item, considerando o desdobramento mínimo dos produtos e serviços a serem contratados.*

Art. 10. *Ficam dispensadas de registro no PCA:*

I - As contratações realizadas por meio de concessão de suprimento de fundos, as pequenas compras e a prestação de serviços de pronto pagamento, de que trata o § 2º do art. 95 da Lei nº 14.133/2021;

II - As hipóteses previstas nos incisos VI, VII e VIII do art. 75 da Lei nº 14.133/2021; e

III - As informações classificadas como sigilosas, nos termos do disposto na Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, ou abrangidas pelas demais hipóteses legais de sigilo.

Parágrafo único. *Na hipótese de classificação parcial das informações de que trata o inciso III as partes não classificadas como sigilosas serão cadastradas no PCA, quando couber.*

CAPÍTULO V

DA CONSOLIDAÇÃO

Art. 11. *Encerrado o prazo previsto no art. 7º, a Superintendência de Planejamento Institucional e Finanças, consolidará as demandas encaminhadas pelas unidades requisitantes e adotará as medidas necessárias para:*

I - Agregar, sempre que possível, as contratações com objetos de mesma natureza, com vistas à racionalização de esforços de contratação e à economia de escala;

II - Adequar e consolidar o PCA, e;

III - Elaborar o calendário de contratação consolidada dos bens e serviços comuns a mais de uma unidade orçamentária, de forma cronológica, por grau de prioridade da demanda, consideradas as datas estimadas para o início do processo de contratação e a disponibilidade orçamentária e financeira, de cada unidade.

§ 1º *Após a elaboração do calendário de contratações em comum a mais de uma unidade requisitante, cada Gerência Administrativa Financeira - GAF, elaborará o calendário de contratações específicas de sua unidade administrativa.*

§ 2º *Todos os calendários deverão ser encaminhados a SELIC, para execução e controle dos calendários, sendo este o órgão responsável pela elaboração dos relatórios de risco.*

CAPÍTULO VI

DA OPERACIONALIZAÇÃO DO PLANO DE CONTRATAÇÃO ANUAL

Art. 12. O PCA deve ser aprovado previamente à sua publicação pelos Ordenadores de Despesas, das Unidades Administrativas e da Secretaria Municipal de Planejamento, Receita e Administração, bem como pelo Prefeito Municipal.

Parágrafo único. As autoridades competentes poderão reprovar itens do PCA ou devolvê-lo à Superintendência de Planejamento Institucional e Finanças, se necessário, para realizar adequações junto às áreas requisitantes, observado o prazo final previsto para a publicação do instrumento.

Art. 13 A revisão e alteração do PCA por meio de inclusão, exclusão ou redimensionamento de itens, poderá ser realizada após a sua publicação até o encerramento da sua vigência, desde que devidamente justificado e aprovado pelo ordenador respectivo e autoridades previstas no artigo 12.

§ 1º O PCA atualizado será disponibilizado automaticamente no mesmo local da publicação originária, link do Município <https://planejamento.corumba.ms.gov.br/compras/pca>.

§ 2º Em caso de reforma administrativa das unidades orçamentárias do Município, assim como na mudança de mandato do prefeito, a revisão do PCA no primeiro mês do ano de execução será obrigatória.

Art. 14 A SELIC, verificará se as demandas encaminhadas constam do PCA anteriormente à sua execução.

§ 1º As demandas de que tratam o caput deste artigo devem ser encaminhadas pelas unidades requisitantes à SELIC com a antecedência necessária ao cumprimento da data pretendida para a conclusão do processo de contratação, acompanhadas da devida solicitação de demanda, conforme calendário de contratações.

§ 2º As demandas que não constarem no PCA, deverão estar justificadas no estudo técnico preliminar - ETP, acompanhada da cópia do pedido de revisão do PCA vigente, devidamente autorizada pela autoridade competente que não constarem do PCA ensejarão a sua revisão, caso

justificadas, observado o disposto no art. 13.

Art. 15. *As demandas constantes do PCA serão formalizadas em processo de contratação e operacionalizadas com a antecedência necessária ao cumprimento do cronograma de contratações.*

Art. 16. *A SELIC elaborará relatório de risco referente à provável não efetivação da contratação prevista no PCA trimestralmente ou a qualquer tempo, a partir de 1º de julho de cada ano, apontando:*

I - Contratações inseridas no PCA e não realizadas, com os motivos de sua não consecução;

II - Inclusão, exclusão ou redimensionamento, efetivadas no período e razões fornecidas pela unidade requisitante;

Parágrafo único. *O relatório de que trata o artigo 16, será realizado acompanhando o calendário das contratações consolidadas e o calendário para as contratações específicas de cada unidade requisitante, e encaminhado às autoridades competentes para aprovação do PCA, visando a adoção das medidas de correção pertinentes.*

CAPÍTULO VII

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 17. *Os agentes autorizados à utilização de sistemas voltados à operacionalização do PCA responderão administrativa, civil e penalmente por ato ou fato que caracterize o uso indevido de senhas de acesso ou que transgrida as normas de segurança instituídas pelo gerenciador do sistema, conforme definidos pela Lei nº 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).*

Parágrafo único. *Os agentes que operacionalizarem o PCA serão responsáveis pelo sigilo e pela integridade dos dados e das informações nele constantes, bem como do sistema utilizado, protegendo-o contra danos e utilizações indevidas ou desautorizadas.*

Art. 18. *Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando o Decreto nº 2.914 de 1º de fevereiro de 2023 e suas alterações.*

*GABRIEL ALVES DE OLIVEIRA PREFEITO MUNICIPAL
CAMILA CAMPOS DE CARVALHO SECRETARIA MUNICIPAL
DE PLANEJAMENTO, RECEITA E ADMINISTRAÇÃO*

Decreto Nº 3567/2025 - 22 de dezembro de 2025

Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial em